

Marcelo Máximo Purificação  
Filomena Teixeira  
Guilherme Sousa Borges  
(Organizadores)

Processos de  
Organicidade e  
Integração da  
Educação Brasileira  
4

Marcelo Máximo Purificação  
Filomena Teixeira  
Guilherme Sousa Borges  
(Organizadores)

Processos de  
Organicidade e  
Integração da  
Educação Brasileira  
4

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Luiza Batista

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P963	<p>Processos de organicidade e integração da educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Filomena Teixeira, Guilherme Sousa Borges. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-148-0            DOI 10.22533/at.ed.480202906</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.            3. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Purificação, Marcelo Máximo.            II. Teixeira, Filomena. III. Borges, Guilherme Sousa.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.710981</p>
<b>Elaborado por Mauricio Amormino Júnior   CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Prezados leitores,

Apresentamos a vocês o volume 4 da obra “Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira”, no intuito de promover uma reflexão sobre a integração educacional no contexto social, considerando a educação como uma das molas propulsoras que movem o homem e a própria sociedade. Uma obra organizada em 16 capítulos que perpassam pelos mais variados temas e perspectivas. Entre eles podemos citar: Estilos de aprendizagem: um olhar para a sua importância no processo de ensino; Elaboração, desenvolvimento e validação do produto didático “física de partículas na escola: um jogo educacional”; Educação e neoliberalismo: reflexões a partir da teoria da síndrome comportamentalista de Alberto Guerreiro Ramos; Educação de surdos numa perspectiva inclusiva: uma análise a partir das políticas públicas; Educação ambiental na infância: relatos docentes; Destilaria: uma proposta de jogo inovador para o ensino de tópicos iniciais de química orgânica; Desigualdades educacionais e políticas de ações afirmativas na gestão universitária; Desenvolvimento pedagógico de crianças negras que aguardam adoção; Deficiência visual em idosos: o papel da convivência social; Cultura e pertencimento na banda escolar: um estudo de caso; Conversando sobre o mosquito da dengue com os alunos do quarto ano da escola municipal professora Armida Frare Gracia, Ponta Grossa, PR; Contribuições da autoavaliação institucional nos processos autoavaliativos de cursos: relato de experiência na Universidade Federal do Pampa; Comunidade política: o esperar na perpetuação de todo tipo de vida; Avaliação da relação entre o nível de estresse e o desempenho acadêmico nas provas práticas; Avaliação da qualidade dos serviços educacionais em uma instituição pública de ensino superior; Avaliação da disciplina de lógica programável em sua primeira oferta no curso de engenharia da computação nas modalidades EAD e presencial. Toda essa diversidade de temas, denota a amplitude e abrangência dos processos de organização e integração da educação, confirmando, que são muitos os desafios nesse campo de investigação.

Desejamos a todos vocês uma boa leitura e boas reflexões.

Dr. Marcelo Máximo Purificação

Dra. Filomena Teixeira

Me. Guilherme Sousa Borges

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ESTILOS DE APRENDIZAGEM: UM OLHAR PARA A SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE ENSINO	
Regiane Dias Coitim	
Emily Ayumi Moriguchi	
Stacy Pedro Bach	
Dulce Maria Strieder	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4802029061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO DIDÁTICO “FÍSICA DE PARTÍCULAS NA ESCOLA: UM JOGO EDUCACIONAL”	
Ricardo Luís de Ré	
Nelson Canzian da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4802029062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: REFLEXÕES A PARTIR DA TEORIA DA SÍNDROME COMPORTAMENTALISTA DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS	
Everton Marcos Batistela	
Airton Carlos Batistela	
Mariza Rotta	
Celso Eduardo Pereira Ramos	
Manoel Adir Kischener	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4802029063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
EDUCAÇÃO DE SURDOS NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Simone Andressa Nunes Lima	
Débora Quetti Marques de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4802029064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA: RELATOS DOCENTES	
Deise Bastos de Araújo	
Derivan Bastos dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4802029065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
DESTILARIA: UMA PROPOSTA DE JOGO INOVADOR PARA O ENSINO DE TÓPICOS INICIAIS DE QUÍMICA ORGÂNICA	
Maximiliano de Freitas Martins	
Thiago Muza Aversa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4802029066</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>63</b>
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA	
Soraia Selva da Luz	
Patrick Cunha	
Raquel Pinheiro	

Artur Rocha Silva  
Cláudio José Amante  
DOI 10.22533/at.ed.4802029067

**CAPÍTULO 8 ..... 75**

DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO DE CRIANÇAS NEGRAS QUE AGUARDAM ADOÇÃO

Juciany Ojeda Rojas Ferreira  
Sandra Cristina de Souza

DOI 10.22533/at.ed.4802029068

**CAPÍTULO 9 ..... 86**

DEFICIÊNCIA VISUAL EM IDOSOS: O PAPEL DA CONVIVÊNCIA SOCIAL

Carlos Eduardo Teodoro Vieira  
Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão

DOI 10.22533/at.ed.4802029069

**CAPÍTULO 10 ..... 96**

CULTURA E PERTENCIMENTO NA BANDA ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO

Francisval Candido da Costa  
Taís Helena Palhares

DOI 10.22533/at.ed.48020290610

**CAPÍTULO 11 ..... 107**

CONVERSANDO SOBRE O MOSQUITO DA DENGUE COM OS ALUNOS DO QUARTO ANO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ARMIDA FRARE GRACIA, PONTA GROSSA, PR

Cristina Lúcia Sant'Ana Costa Ayub  
Raissa de Quadros  
Sílvia Andreia Parizattie

DOI 10.22533/at.ed.48020290611

**CAPÍTULO 12 ..... 115**

CONTRIBUIÇÕES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS PROCESSOS AUTOAVALIATIVOS DE CURSOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

João Timóteo de Los Santos  
Lisiane Inchauspe de Oliveira  
Ana Cristina Rodrigues  
Maria Eliza Rosa Gama

DOI 10.22533/at.ed.48020290612

**CAPÍTULO 13 ..... 129**

COMUNIDADE POLÍTICA: O ESPERANÇAR NA PERPETUAÇÃO DE TODO TIPO DE VIDA

Silvana Maria Jacinto  
Maria Waldenez de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.48020290613

**CAPÍTULO 14 ..... 138**

AValiação DA RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE ESTRESSE E O DESEMPENHO ACADÊMICO NAS PROVAS PRÁTICAS

Amanda de Andrade Cavalcante  
Ana Natália Vasconcelos Arcanjo  
Maria Clara Holanda Lima  
Danielle Pessoa Lima  
Francisco Wandemberg Rodrigues dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.48020290614

**CAPÍTULO 15 ..... 143**

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR

Paulo Henrique dos Santos  
Luiz Rodrigo Cunha Moura  
Fernanda Carla Wasner Vasconcelos  
Nina Rosa da Silveira Cunha

DOI 10.22533/at.ed.48020290615

**CAPÍTULO 16 ..... 160**

AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÓGICA PROGRAMÁVEL EM SUA PRIMEIRA OFERTA NO CURSO DE ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO NAS MODALIDADES EAD E PRESENCIAL

Ederson Cichaczewski  
Fernanda Fonseca  
Cristiane Aparecida Gonçalves Huve

DOI 10.22533/at.ed.48020290616

**SOBRE OS ORGANIZADORES..... 171**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 173**

## DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

*Data de aceite: 01/06/2020*

*Data de submissão: 06/03/2020*

### **Soraia Selva da Luz**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/5632738367593344>

### **Patrick Cunha**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/7306943741704946>

### **Raquel Pinheiro**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/2368827745367206>

### **Artur Rocha Silva**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/4728104268280208>

### **Cláudio José Amante**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/4072691666603411>

**RESUMO:** O presente estudo aborda o tema das políticas de ações afirmativas na educação superior como uma alternativa para a mitigação das desigualdades educacionais no Brasil. O

caminho metodológico foi conduzido por revisão de literatura e documental. São apresentados resultados de estudos referentes à relação entre a classe de origem e raça na definição da mobilidade social, dados estatísticos sobre mobilidade educacional, acesso e permanência na educação superior e gestão universitária no contexto das ações afirmativas. Concluiu-se que as políticas públicas de ações afirmativas se constituem como mecanismos que promovem melhorias sociais em prol de classes menos favorecidas historicamente; também, que a gestão das instituições de educação superior, como meio para viabilizar os recursos necessários para as políticas reparadoras, deve pautar-se pelos critérios de justiça e democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desigualdades educacionais; políticas públicas; ações afirmativas; gestão universitária.

### EDUCATIONAL INEQUALITIES AND AFFIRMATIVE ACTIONS POLICIES IN UNIVERSITY MANAGEMENT

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to analyze public policies related to affirmative actions in higher education as an alternative for mitigating educational inequalities in Brazil.

The methodological process was based in documental and literature review. Results of studies concerning the class of origin and race in the definition of social mobility, statistical data on educational mobility, access to and permanence in higher education and university management in the context of affirmative actions have been presented. The study concludes that affirmative action public policies are applied as mechanisms that promote social improvements in favor of historically less favored classes; it also concludes that management in higher education institutions, as a means of obtaining the necessary resources for making reparatory policies viable, must be guided by the criteria of justice and democracy.

**KEYWORDS:** Educational inequalities; public policies; affirmative actions; university management.

## 1 | INTRODUÇÃO

São características marcantes do plano macrossociológico brasileiro nas últimas décadas os profundos desequilíbrios e descompassos estruturais que redundam no fracionamento da estrutura de classes e no aumento das demandas por políticas públicas (ABRANCHES, 1988). O fenômeno “desigualdade” é elemento cada vez mais presente no cotidiano dos brasileiros, pois tem se tornado cada dia mais comum a congregação, em uma mesma localidade, de muitos grupos com origens diversas e interesses antagônicos. Das muitas razões e formas possíveis de desigualdade, têm forte repercussão na vida das pessoas, sobretudo, as de natureza socioeconômica e racial, pois impõem, muitas vezes, condições determinantes para a oportunidade de mobilidade social.

Além de segregar a sociedade em classes, a desigualdade também provoca impactos sobre o sistema educacional, que é fruto de um longo processo histórico. Segundo Ponce (2005), o sistema educacional surgiu quando a coletividade se dividiu em classes sociais antagônicas, com o fim da chamada sociedade primitiva. Em pouco tempo, a classe dominante percebeu que o controle sobre a Educação era elemento chave para a manutenção da sua posição na sociedade (GUZZO e EUZEBIOS FILHO, 2015). Com isso, como num sistema cíclico, a Educação – ou a ausência dela – passou a contribuir para acentuar ainda mais as diferenças entre as classes contrastantes.

O objetivo deste estudo é traçar um quadro teórico-empírico sobre aspectos do panorama de desigualdade educacional no Brasil, bem como da implementação de políticas de ações afirmativas voltadas para a educação superior e as respectivas implicações na gestão das instituições.

## 2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão narrativa de literatura sobre os temas abordados, da análise documental das normas atinentes às políticas de ações

afirmativas voltadas para a educação superior.

De acordo com Rother (2007, p.1) “os artigos de revisão narrativa são publicações amplas apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou conceitual”. São textos que constituem a análise da literatura científica na interpretação e análise crítica do autor. Apesar de sua força de evidência científica ser considerada baixa devido à impossibilidade de reprodução de sua metodologia, as revisões narrativas podem contribuir no debate de determinadas temáticas, levantando questões e colaborando na aquisição e atualização do conhecimento em curto espaço de tempo.

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LÜDKE e ANDRÉ, 1986); O trabalho de análise já se inicia com a coleta dos materiais, não é acumulação cega e mecânica. À medida que colhe as informações, o pesquisador elabora a percepção do fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado (LAVILLE e DIONNE, 1999).

### 3 | UMA QUESTÃO DA EDUCAÇÃO

O “capital cultural” - conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, na obra *Les héritiers*, publicada em 1964 - é um elemento da herança familiar que impacta diretamente na destinação escolar do indivíduo, pois “[...] a posse do capital cultural favorece o desempenho escolar, uma vez que facilita a aprendizagem de conteúdos e códigos que a escola veicula e sanciona” (CUNHA, 2007, p. 214). Dessa forma, estudantes de diferentes classes sociais têm diferentes padrões de capital cultural acumulado, sendo que os de “melhor sorte” estão mais propensos a se sobressair sobre os demais no seletivo ambiente ditado pelo sistema escolar, ainda que o indivíduo possa exercer influência sobre o ambiente.

Ao estudar a relação entre a classe de origem e a raça de um indivíduo na definição de suas chances de mobilidade social ascendente, Ribeiro (2006)<sup>1</sup> aponta que a escolarização é um dos principais fatores que levam à mobilidade social entre as classes menos favorecidas e aquelas mais privilegiadas. Ribeiro (2006, p.863) constatou também que, até completar o ensino médio, “[...] os efeitos de classe de origem são pelo menos seis vezes maiores do que o efeito de raça” sobre o progresso escolar, ao passo que a desigualdade racial aumenta quando da conclusão do primeiro ano do Ensino Superior e se mantém até o término do curso. Neste ponto, o peso da classe de origem passa a ser duas vezes e meia maior do que o da raça.

---

1. Este estudo partiu da “análise detalhada de três aspectos da mobilidade social: (1) as desigualdades de oportunidades de mobilidade intergeracional entre classes de origem e de destino; (2) as desigualdades nas chances de fazer transições educacionais; e (3) os efeitos da educação alcançada e da origem de classe nas chances de mobilidade social.” Ribeiro (2006, p. 862). Nas análises foram enfatizadas as comparações entre os efeitos da cor da pele e da classe de origem.

Assim, o autor conclui que ter origem nas classes sociais mais baixas e não ser branco diminui as chances de se realizar com sucesso as transições educacionais; e que, com mais de 12 anos de escolaridade, brancos têm, em média, três vezes mais chances de experimentar mobilidade ascendente para as classes mais privilegiadas. O estudo de Ribeiro (2006) confirma, portanto, que tanto a desigualdade racial quanto a de ordem econômica interferem para o alcance das oportunidades educacionais e da mobilidade social ascendente.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) sobre a mobilidade educacional, obtidos por meio da análise do efeito da família de origem e de outras características herdadas ou inatas nas chances de escolarização, apontam também para a existência de desigualdade. O estudo feito por meio da análise das tabelas de origem e destino por nível educacional de pais e filhos demonstrou que:

[...] quanto maior o nível de instrução dos pais, maior a proporção de filhos que alcançaram o nível “superior completo”. Enquanto apenas 4,6% dos filhos cujos pais não tinham instrução conseguiram concluir o ensino superior, 69,6% deles concluíram esse nível de ensino, dado que seus pais também possuíam ensino superior completo. (IBGE, 2017, n.p.).

Essa tendência foi observada também em outras faixas educacionais, o que indica, segundo IBGE (2017), uma barreira intergeracional para acréscimo de escolaridade, dependendo do nível educacional dos pais. O estudo revelou ainda que a desigualdade de oportunidades educacionais tem diferente intensidade para grupos distintos de pais e filhos. A figura abaixo mostra a diferença considerável entre o nível de instrução de brancos e pretos ou pardos, a partir do perfil educacional dos pais.

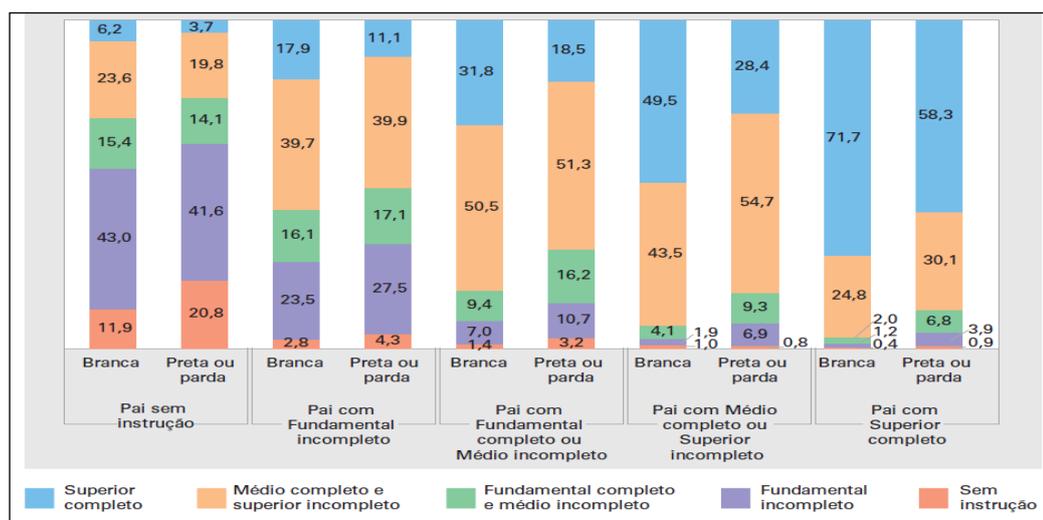


Figura 1 – Distribuição percentual do nível de instrução dos filhos de 25 a 65 anos de idade, segundo a cor ou raça e o nível de instrução dos pais - Brasil/2014.

Fonte: Extraído de IBGE, 2017, n.p.

Na figura acima, pode-se perceber que o aumento do nível educacional dos pais é acompanhado do aumento do percentual de filhos que alcançam o ensino superior, tanto

para brancos quanto para pretos ou pardos. Entretanto, o percentual de filhos que concluiu o Ensino Superior, para qualquer que seja o nível de escolaridade dos pais, é sempre maior entre os brancos. Ou seja, “[...] a desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil é marcada pela estratificação racial e [...] ainda mais acentuada nos níveis mais elevados do sistema educacional” (IBGE, 2017, n.p.).

Embora tenha origem desde a sedimentação da sociedade em classes e do estabelecimento de valores distintos para brancos, índios e negros pelos recém-chegados lusitanos, o problema da desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil só se tornou amplamente notório a partir de meados de 1970 quando teve início “[...] um processo de abertura do debate sobre a educação brasileira e de crítica à Ditadura. Algumas universidades, escolas e entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), foram palcos dessa abertura.” (MINTO, 2013, p. 250). Com o fim da repressão militar e a retomada gradual da democracia, em meio a avanços e retrocessos, o brasileiro foi se tornando consciente do seu espaço na sociedade e, engajado politicamente em torno de um ideal democrático comum, passou a reivindicar diversos direitos, entre os quais a democratização da educação.

Nos anos 1990, com a comunicação cada vez mais propagada por meio das tecnologias digitais, surge o desenho de uma sociedade que entende a informação como base para o conhecimento e o desenvolvimento social e econômico. O conhecimento e a informação, então, passam a constituir-se como capital e, assim, como campo de competição econômica e determinantes de hegemonia, bloqueando “poderes democráticos” baseados no direito à informação (CHAUÍ, 2018, p.4). O acesso às informações pelos cidadãos torna-se indispensável para o aperfeiçoamento da democracia e para o diálogo contínuo entre o governo e a sociedade. As redes sociais e midiáticas cumprem o seu papel e o problema da desigualdade ganha notoriedade e entra, enfim, para a agenda política nacional.

#### **4 | SOBRE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Para Easton (1953), citado por Heidemann (2014), política pública significa “a alocação de valores por uma autoridade pública para toda a sociedade”. Em Secchi (2013, p 2), ainda nesse contexto, “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” de forma intencional, que pode ou não conter outras políticas voltadas à resolução do mesmo problema. Exemplo disso é a política de ações afirmativas, também entendida como:

[...] um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. (OLIVEN, 2007, p. 30).

Neste sentido, muitas ações podem ser consideradas afirmativas como, por exemplo,

a criação de delegacias de proteção às mulheres, os cursos profissionalizantes para a população de baixa renda, a reserva de postos de trabalho para pessoas com deficiências em empresas privadas, os programas de habitação para grupos vulneráveis, a candidatura mínima de mulheres para cargos eletivos. Essas medidas, se não tiverem a possibilidade de acabar com problemas arcaicos, podem promover a inclusão ativa e o reconhecimento das desigualdades existentes.

Conforme Secchi (2013, p. 10), “[...] um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade)”. Assim, tendo as implicações da desigualdade de oportunidades educacionais potencial para atingir um número considerável de pessoas, começam a surgir, a partir do fim da década de 1990, algumas políticas públicas voltadas à resolução ou à mitigação dos efeitos desse problema.

## 5 | O ACESSO À UNIVERSIDADE

Desde então, e mais intensamente a partir dos anos 2000, houve no Brasil um incremento no número de matrículas nas instituições de educação superior (MERCADANTE, 2012). Isso se deveu, especialmente, a programas como “[...] os de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Universidade para Todos (ProUni) e o de Financiamento Estudantil (Fies), juntamente com as políticas de reserva de vagas e o aumento da oferta de cursos superiores a distância” (TOTI et al., 2017, p. 392).

Esta expansão do ensino superior contribuiu para a democratização e a mudança do perfil dos estudantes nas universidades, que se intensificou com a propagação das Políticas de Ações Afirmativas (PAA), ou ações compensatórias, voltadas “[...] à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física” (GOMES, 2001, p. 6), com vistas ao alcance da igualdade de oportunidades.

Por decorrência da Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, as universidades brasileiras vêm instituindo programas de ações afirmativas e rompendo a própria trajetória de desigualdades. A Resolução Normativa nº 52/CUn/2015 (da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC), por exemplo, objetiva contemplar com a reserva de vagas os alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas (com metade dessas vagas destinada a alunos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita), que pertencem ao grupo étnico-racial negro, aos povos indígenas ou às comunidades quilombolas.

Embora a expansão do ensino superior tenha contribuído para a democratização do acesso, tornou mais expressivos alguns problemas complexos relacionados ao desempenho e à evasão dos estudantes. Assim, para minimizar esses problemas, a Resolução previu ações de acompanhamento e permanência, entre as quais o apoio

pedagógico oferecido por programa específico.

## 6 | PERMANÊNCIA E DESEMPENHO ACADÊMICOS

Estudo realizado por Dário (2017) investigou dados sobre o desempenho acadêmico e a evasão de discentes cotistas e não cotistas que ingressaram em 82 cursos presenciais de graduação no *campus* da UFSC em Florianópolis, de 2013 a 2016. Importante ressaltar que este foi o período em que a Universidade vinha, gradativamente, se adaptando à Lei de Cotas (somente no vestibular 2017, para ingresso em 2018, a universidade atingiu a reserva de 50% das vagas deste exame para os estudantes beneficiados pela política). Segundo a autora, o incremento do percentual de cotas significou, também, a redução do montante de vagas para a ampla concorrência. No entanto, não se pode desconsiderar a expansão da universidade nos últimos anos em decorrência da implementação, em 2009 e 2013, de mais quatro campi espalhados pelo estado de Santa Catarina - o que foi possível graças a instituição do Reuni, pelo Decreto nº 6.096/2007, que visava à ampliação do acesso e permanência de estudantes em nível de graduação e melhor aproveitamento da estrutura e demais recursos disponíveis nas universidades federais (BRASIL, 2007, art. 1º).

Com relação à forma de ingresso e à situação acadêmica dos estudantes investigados na UFSC, Dário (2017) aponta os seguintes dados:

Forma de ingresso	Frequência	(%)
Ampla concorrência	12.106	67,20
Cotista	5.909	32,80
Total geral	18.015	100,00

Situação acadêmica	Frequência	(%)
Ativo	15.030	(83,43)
Evadido	2.724	(15,12)
Formado	53	(0,29)
Outras	208	(1,16)
Total geral	18.015	100,00

Tabela 1 – Distribuição dos discentes<sup>2</sup> por forma de ingresso e situação acadêmica entre 2013 e 2016 – Campus Florianópolis.

Adaptado de Dário, 2017, p.62 e 65.

Como se pode observar, o ingresso de estudantes cotistas nesse período chegou a **32,80% do total** de alunos ingressantes. Quanto à situação acadêmica, houve 15,12% de evadidos. Foram computados apenas os acadêmicos ingressantes entre 2013 e 2016.

evasão. Segundo Dário (2017), outros estudos realizados na Universidade de Brasília, por Cardoso (2008) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por Mendes Junior (2013) revelaram que, de um modo geral<sup>3</sup>, os alunos cotistas apresentam evasão menor quando comparados aos não cotistas. Ao se comparar o desempenho acadêmico, no entanto, Mendes Junior (2013), Peixoto et al. (2016) e Queiroz et al. (2015), citados por Dário (2017), identificam uma diferença entre o desempenho dos cotistas e dos não cotistas de, em média, 6,65% em favor dos não cotistas. Os autores, então, apontam evidências da ausência de uma relação determinante entre desempenho acadêmico e diplomação, pois: “[...] enquanto os cotistas apresentam maior diplomação por evadirem em menor grau, eles, em média, mostram-se com menor desempenho acadêmico. Por outro lado, os não cotistas atingem maior desempenho, porém com menor índice de diplomação” (DÁRIO, 2017, p. 43).

Tendo em vista a prática das ações afirmativas, no caso da UFSC, tornou-se latente a preocupação com relação ao desempenho dos estudantes cotistas na graduação. Embora não houvesse comprovação<sup>4</sup> de que esses alunos promovessem decréscimo no índice de sucesso acadêmico, a partir de 2012, ponderou-se que as circunstâncias de aprendizagem vivenciadas pelos alunos que haviam cursado todo o ensino médio em escolas públicas pudessem ser um determinante para menores níveis de desempenho e, conseqüentemente, para a redução da qualidade da sua formação até então.

Esta contingência, assim como o disposto no Decreto nº 7.234/2010, sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – ao instituir o apoio pedagógico como uma ação de assistência estudantil a ser adotada pelas IES públicas – foram algumas das motivações que levaram a Universidade a implementar o que foi denominado Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) como uma das estratégias institucionais para favorecer a permanência dos estudantes nos cursos de graduação, uma vez que não bastava facilitar o acesso, era preciso também - numa ação complementar - oferecer condições para que os alunos concluíssem seus cursos com qualidade, no que diz respeito aos processos de aprendizagem.

Além do apoio pedagógico, a UFSC também promove ações no sentido de favorecer a permanência dos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, entre as quais se destacam a bolsa estudantil, a moradia universitária e o auxílio moradia, o auxílio creche e o subsídio integral no Restaurante Universitário para estudantes que comprovarem baixa renda.

## 7 | AÇÕES AFIRMATIVAS E ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Estudos realizados por Schlickmann (2013), com o objetivo de analisar como está

3. Sem considerar as variações no comportamento da evasão por conta das mais diversas condições como, por exemplo, a área de conhecimento, a fase, o curso ou a opção entre bacharelado e licenciatura.

4. O estudo de Amália Dário só foi publicado em 2017.

constituída a Administração Universitária enquanto campo científico no Brasil, trouxeram à tona o caráter multidisciplinar do campo da gestão universitária. Foi constatado que, tanto em eventos da área como em publicações, ou mesmo em cursos de pós-graduação relacionados àquilo que se denomina Administração Universitária, havia uma tendência em se abarcar temas pertinentes a campos de conhecimento não costumeiramente abordados pelo campo da administração, tais como avaliação e autoavaliação institucional, educação à distância, acesso, permanência e evasão na educação superior, integração regional e educação superior, universidade e sociedade, mobilidade acadêmica, flexibilidade curricular, assim como assuntos relacionados a ensino, pesquisa e extensão universitária. Meyer e Meyer Jr. (2013), analisando o impacto da adoção do denominado *managerialism* ou gerencialismo (utilização de práticas oriundas da administração empresarial na administração pública) na gestão de uma instituição de educação superior, constataram limitações desta prática quando aplicada à área acadêmica - o que se deveu, principalmente, à dificuldade em se mensurar os resultados do processo educacional pelos meios disponibilizados por aquela vertente administrativa.

Os estudos mencionados corroboram com a assertiva de que a administração universitária - definida por Schlickmann (2013, p. 52) como o “processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros das organizações de educação superior, e de usar todos os seus recursos disponíveis para atingir seus objetivos” - possui peculiaridades que, devido aos objetivos que persegue (como, por exemplo, a formação profissional dos estudantes), a distanciam das matérias abordadas pela ciência administrativa tradicional. A Administração Universitária mostra-se, portanto, apenas relativamente vinculada ao campo científico da “administração” e, ainda menos, ao que se tem por “gerencialismo” - uma vez que, tanto uma quanto outro, não versam sobre e não dispõem de meios adequados para o trato de questões particularmente demandadas pela instituição universitária - como a adoção de estratégias para a mitigação de desigualdades sociais educacionais, viabilizáveis por políticas de ações afirmativas. Analisando, ainda, a Administração Pública como ponto de partida, percebe-se que esta, apesar de discorrer sobre diversos assuntos que permeiam a gestão dos órgãos públicos (orçamento público, governança pública e compras governamentais, por exemplo) - e aqui se incluem as universidades públicas - também não dispõe de matérias que contemplem a gestão do que é demandado pelas políticas de ações afirmativas relativamente à educação.

Portanto, resta que a Administração Universitária pode ser efetiva nesse sentido ao assumir-se como campo independente e multidisciplinar, consciente das especificidades que permeiam a universidade, utilizando-se de suas próprias disciplinas.

## 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorre do estudo realizado, que as desigualdades sociais e educacionais se vinham retroalimentando de forma cíclica com a existência de um sistema meritocrático de acesso e permanência na educação superior, em que grupos historicamente desfavorecidos competiam numa relação de desigualdade com indivíduos detentores de capital cultural mais elevado. Não restam dúvidas de que a educação formal, tanto de base quanto em nível superior, tem papel central em termos distributivos de renda e de mobilidade social, haja vista que a inserção no mercado de trabalho, as melhores colocações nesse mercado e, numa visão macro, o desenvolvimento do indivíduo enquanto sujeito histórico dependem da intervenção das instituições para serem efetivos.

Assim, o critério de mérito perde apelo quando as partes competem em condições desiguais e é nesse sentido que as políticas públicas e institucionais de ações afirmativas têm se firmado como alternativa. Reconhecido o problema da desigualdade educacional como público, formou-se uma agenda governamental que impactou diretamente nas instituições, dando origem a políticas institucionais de acesso e permanência na educação superior – cujos dados empíricos acerca de seus resultados são positivos, conforme o que foi apresentado no decorrer deste estudo, dado que os estudantes beneficiados ajudam a reduzir os índices de evasão ou simplesmente porque protagonizam o acesso democrático à educação de boa qualidade.

A gestão nas instituições de educação superior se constitui como meio para mobilizar os recursos necessários para a implementação dessas políticas reparadoras, e somente pode ser efetiva se guiada por critérios de justiça e democracia. Não se está aqui dizendo que se deve prescindir da eficiência financeira ou operacional - tão apregoada no *managerialism* - mas que certamente não são os critérios gerenciais, relacionados ao custo-benefício de curto prazo, que sustentarão a manutenção de investimento em justiça social e cidadania. A gestão das instituições de educação superior que operam no sistema de cotas ou que prestam assistência estudantil deve ser guiada por uma racionalidade em que a satisfação das necessidades dos cidadãos seja central, e a realocação das classes historicamente desfavorecidas seja fim neste processo.

Portanto, as particularidades multidisciplinares da Administração Universitária atribuem, a este campo, uma identidade singular e o concedem certa liberdade de ser – o que é, certamente, um ponto positivo e estratégico no alcance dos objetivos das políticas de ações afirmativas voltadas para a educação superior.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. H. de. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

BRASIL (2007). Decreto nº 6.096, de 27 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em 03 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les héritiers; les étudiants et la culture**. Paris: Minuit, 1964.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 503-524, jul./dez. 2007. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1820>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

DÁRIO, A. B. **Avaliação do desempenho acadêmico e da evasão discente entre cotistas e não cotistas**. 2017, 111 p. Dissertação (mestrado profissional em Administração Universitária) – Administração, UFSC. Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PPAU0148-D.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2018.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social – a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, 444 p.

GUZZO, Raquel S. L.; EUZEBIOS FILHO, A. **Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora**. Escritos sobre educação, Ibirité, v. 4, n. 2, pp. 39-48, 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 26 out. 2018.

HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco Salm; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Editora UnB, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2017**. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, IBGE, 2017, 147p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 37). Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2018.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, Belo Horizonte: Editora UFMG; 1999. p. 17-47.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MERCADANTE, Aloizio. **Censo da Educação Superior 2012**. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1379600228mercadante.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1379600228mercadante.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2018.

MEYER, Bernardo; MEYER JUNIOR, Victor. **“Managerialism” na Gestão Universitária: uma análise de suas manifestações em uma instituição empresarial**. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, Florianópolis, p. 01-20, set. 2013. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n3p1>>. Acesso em: 22 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n3p1>.

MINTO, Lalo Watanabe. **Educação e lutas sociais no Brasil pós-ditadura: da democratização à ausência de alternativas**. Revista Histedbr On-line, Campinas, nº 54, pp. 242-262, dez. 2013 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640181>>. Acesso em: 25 set. 2018.

OLIVEN, A. C. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil**. Educação, Porto Alegre, 61, n. 1, 2007. 29-51. Disponível em: <<file:///C:/Users/F%C3%A1bio%20Silva/Downloads/539-1958-2-PB.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2018.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. (21ª Ed), São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil**. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 4, pp. 833 a 873, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n4/06.pdf>>. Acesso em 27 out. 2018.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta paul. enferm. São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, jun. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 06 mar. 2020.

SCHLICKMANN, Raphael. **Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil**. 2013. 292 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PCAD0874-T.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TOTI, Michelle C. S. et al. **O serviço de apoio pedagógico aos estudantes do ensino superior: estudo de uma proposta em construção em uma Universidade Federal Brasileira**. In: Conferencia Latinoamericana Sobre el Abandono de la Educación Superior, VII, 2017. Córdoba. **Anais eletrônicos**. Córdoba: UNC, 2017, p. 392–400. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1qafuFdchag22cTnA7MbFqyntJDOOR\\_8r/view](https://drive.google.com/file/d/1qafuFdchag22cTnA7MbFqyntJDOOR_8r/view)>. Acesso em: 05 set. 2018.

UFSC. Resolução Normativa nº 52/CUn/2015, de 16 de junho de 2015. **Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para os Processos Seletivos de 2016 a 2022**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133394/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2052%20CUn%202015.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2018.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação Docente 1  
Ação Extensionista 107  
Adoção 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 115  
Autoavaliação De Cursos 115, 119

### C

Convivência 47, 51, 80, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 124, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136

### D

Deficiência Visual 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95  
Desigualdades Educacionais 63

### E

Educação 1, 7, 8, 9, 10, 15, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 78, 85, 96, 105, 107, 109, 111, 114, 116, 117, 118, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 137, 143, 144, 146, 161, 162, 165, 166, 170, 171, 172  
Educação Ambiental 47, 48, 49, 50, 51, 111, 137  
Educação De Surdos 32, 33, 34, 35, 42, 43, 44, 46  
Educação Superior 63, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 118, 123, 126, 127, 128, 143, 144, 146  
Engenharia Da Computação 160, 165  
Ensino De Química 54, 61, 62  
Estilos De Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8  
Estresse 138, 139, 140, 141, 142

### I

Idoso 86, 87, 93, 94, 95  
Inclusão 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 58, 68, 80, 92, 120, 143, 145, 154  
Infância 47, 48, 49, 51, 77, 81, 90, 106, 171  
Instrumento Autoavaliativo 115  
Interação Sociocultural 96

### K

Kits Didáticos 160

## N

Negros/as 10, 67, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 84, 137

Neoliberalismo 20, 21, 28

Neurologia 138, 139, 140, 141, 142

## P

Políticas Públicas 32, 33, 34, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 63, 64, 67, 68, 72, 73, 74, 79, 84, 92, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 172

Processos Educativos 33, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 171

## Q

Qualidade Dos Serviços 143, 144, 146, 147, 155

## R

Recursos Didáticos 40, 107, 108

Relatos 36, 47, 48, 54, 88, 90, 92, 94, 134, 161

Resiliência 86, 87, 88, 90, 93, 94, 95

Ressignificações 96, 103, 106

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**